

FIM DO PASSIVO

Saneago se reúne com prefeito e prevê regularização de obras

Em entrevista ao DM Anápolis, o vereador Jackson Charles (PSB) afirmou que a Saneago se comprometeu a corrigir, até o mês de maio, todos os passivos relacionados a serviços mal executados por empreiteiras contratadas pela estatal em Anápolis. A declaração foi dada após reunião realizada nesta terça-feira (25), que contou com a presença do governador Ronaldo Caiado (UB) do prefeito Márcio Corrêa (PL), do presidente da Saneago,

Ricardo Soavinski, e de equipes técnicas da companhia, da prefeitura e da Agência Reguladora do Município (ARM).

“A questão é a prestação de serviço feita pelas empreiteiras contratadas pela Saneago. A recuperação do asfalto e também a destruição das calçadas está gerando um desconforto, uma revolta com o povo anapolino. E quem está pagando com isso? Somos nós. Os vereadores, o prefeito”, disse Jackson.

Página 3

Uma a cada dez declarações de IR em Goiás são de Anápolis

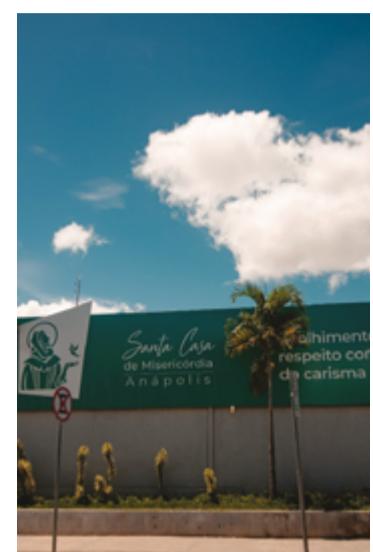
Na primeira semana do prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2025, 9.231 contribuintes de Anápolis já enviaram seus dados à Receita Federal. O número representa 9,36% do total de 98.680 declara-

ções esperadas no município até o encerramento do prazo, em 31 de maio. O ritmo de entrega é semelhante ao registrado em Goiás, onde pouco mais de 10% dos contribuintes já haviam declarado até o dia 25 de março.

Página 15

Cannabis medicinal tem aplicação importante em alguns casos, diz médico

Página 13



Complemento à Santa Casa não deve ser mantido

O líder do prefeito Márcio Corrêa (PL) na Câmara Municipal, vereador Jean Carlos (PL), afirmou que a administração municipal quer rever o valor - acima da tabela SUS - pago à Santa Casa para manutenção de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para o município de Anápolis.

Página 3

Tricolores se mobilizam para final em Goiânia

A cidade de Anápolis está em contagem regressiva para o jogo decisivo do Campeonato Goiano, que acontece neste domingo, dia 30 de março, no Estádio Serra Dourada, em Goiânia, às 17h. O Anápolis, com sua torcida fervorosa, já se prepara para apoiar o time na luta pelo título contra o Vila Nova.

Página 16



Retirada de ambulantes do Centro vira debate no MP

O vereador Rimet Jules (PT) confirmou que participará nesta semana de uma audiência com o Ministério Público de Goiás (MPGO) para tratar da retirada de vendedores ambulantes do Centro de Anápolis. O encontro será com o promotor da 15ª Promotoria, que responde pela área do Meio Ambiente, e contará com uma comissão de cinco ambulantes eleita em audiência pública.

A atuação do Ministério Público, segundo o vereador, é essencial. “O MP é o fiscal da legislação e deve intervir em situações que envolvem coletividades, como essa dos ambulantes.”

Página 4

- Febre, futevôlei ganha cada vez mais adeptos na cidade
Pg. 13

- Trabalho em casa torna-se realidade comum em Anápolis
Pg. 14w

Entre em contato com a redação

✉ (62) 3706-9010 redacao@dmanapolis.com.br
Envie seu artigo: dmanapolis.artigo@gmail.com

WWW.DMANAPOLIS.COM.BR



dmanapolis

DEBATE

"A falta de autoridade abre caminho para o crime", afirma Caiado no Fórum de Segurança

Governador defende autonomia dos Estados no combate à criminalidade e aponta Goiás como referência em segurança

HEGON CORRÊA

Ronaldo Caiado**Governador de Goiás**

Governador Ronaldo Caiado destaca Goiás como referência no combate ao crime durante fala no Fórum de Segurança Pública Pelo Brasil

REDAÇÃO**cotráfico".**

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, fez duras críticas ao governo federal durante sua participação no Fórum de Segurança Pública Pelo Brasil, realizado nesta quarta-feira (26), em Brasília. Em seu discurso, Caiado alertou sobre a falta de autoridade nacional no combate ao crime organizado e a tentativa da União de centralizar o comando das polícias estaduais, comprometendo a segurança em todo o país.

"O governador precisa exercer sua autoridade como comandante-chefe e afirmar com clareza: 'A segurança do meu estado está sob meu comando.' Essa postura firme é essencial para proteger a população e impedir que o crime organizado avance", declarou Caiado. Ele também alertou para o risco de omissão do governo federal: "A falta de autoridade no Brasil abre caminho para o crime. Se não reagirmos agora, corremos o risco de nos tornar a maior nação da América Latina sob o domínio do nar-

Caiado criticou ainda a proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada pelo governo federal, que busca unificar diretrizes das polícias estaduais sob o comando de Brasília. Para ele, a União já enfrenta dificuldades na área. "O governo federal ignora sua própria responsabilidade no enfrentamento do crime organizado. O tráfico de drogas, o contrabando de armas e os crimes financeiros são questões federais, e a União tem falhado gravemente no combate a essas ameaças", pontuou o governador.

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), Sandro Avelar, concordou com os argumentos, afirmando que "a população quer a segurança pública garantida pelos Estados". E acrescentou: "O governo federal não pode tentar instituir regras ou definir diretrizes que entrem em contradição com a técnica da segurança pública sem ouvir os Estados".

painel DM
POLÊMICA**CMDCa veta programa Bombeiro Mirim, e decisão gera mal-estar**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCa) vetou o credenciamento do programa Bombeiro Mirim, o que, na prática, proíbe que o Corpo de Bombeiros execute a atividade por um período de 90 dias. O problema apontado foi um banheiro, que é de uso comum, enquanto o exigido é de uso exclusivo para crianças.

Conselheiros procuraram a coluna e afirmaram



que teria existido coação da secretaria de Integração, Jordana Faria de Pena, que integra o colegiado, para que houvesse um parecer contrário à continuidade do programa. A iniciativa do Corpo de Bombeiros não utiliza recursos públicos municipais.

Autonomia

Em resposta à coluna, a secretaria negou coação e afirmou que o "Conselho é um colegiado e autônomo. Cada titular tem seu direito de voto. O conselheiro que realizou a visita emitiu parecer acerca das irregularidades apontadas e sugeriu que fossem promovidas as adequações para que então fosse emitido o certificado. O colegiado votou nesse sentido."

Sem comissionados

O governador Ronaldo Caiado (UB) exonerou todos os comissionados do vereador Domingos Paula (PDT). O motivo: as frequentes citações ao vice-governador Daniel Vilela (MDB), a quem o pedetista endereçou ofícios que pediam a liberação do vereador José Fernandes (MDB), lotado no gabinete do vice.

Na bronca

Servidores da Câmara Municipal estão muito insatisfeitos com a decisão da Presidência em indeferir férias solicitadas para março. A questão orçamentária foi a justificativa utilizada. Outra reclamação é que não veio o pagamento de parcela do 13º no mês de aniversário, que era tradição na Casa.

Audiência

Ocorreu nesta quarta-feira (26) audiência para ouvir testemunhas do processo que pode cassar a chapa de vereadores do Podemos por fraude em cota de gênero. A direção do partido considerou positiva a oitiva e está esperançoso em manter o mandato hoje exercido por Reamilton Espíndola na Câmara Municipal.

CMTT tem imbróglio jurídico após nomeação retroativa interina de três meses

A Companhia Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT) está envolvida no meio de um imbróglio jurídico. A autarquia teve, até semana passada, a presidência de Leonardo Marra, que teve seu decreto de nomeação tornado sem efeito, ou seja, anulando todos os seus atos em mais de dois meses.

Para tentar corrigir isto, a administração nomeou Rodrigo Lemes Alencar retroativamente, como interino, entre 1 de janeiro e 18 de março. Juristas, porém, alertam que isso pode trazer até mais problemas.

**DM Anápolis**
O seu jornal diário

Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsa
Goiás, Tocantins, Distrito
Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R\$ 2,50 Domingo R\$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR-CHEFE
Rafael Tomazetti

REPORTAGEM
Emilly Viana
Lara Duarte
Janaina Carvalho
Carlos Antônio
Lucivan Machado

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecílio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010
www.dmanapolis.com.br

INFRAESTRUTURA

Saneago promete zerar passivo de obras até maio, diz vereador

Em reunião com Caiado e Corrêa, companhia apontou falhas de empreiteiras e se comprometeu a corrigir buracos e calçadas danificadas

EMILLY VIANA

Em entrevista ao DM Anápolis, o vereador Jakson Charles (PSB) afirmou que a Saneago se comprometeu a corrigir, até o mês de maio, todos os passivos relacionados a serviços mal executados por empreiteiras contratadas pela estatal em Anápolis. A declaração foi dada após reunião realizada nesta terça-feira (25), que contou com a presença do governador Ronaldo Caiado (UB) do prefeito Márcio Corrêa (PL), do presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, e de equipes técnicas da companhia, da prefeitura e da Agência Reguladora do Município (ARM).

“A questão é a prestação de serviço feita pelas empreiteiras contratadas pela Saneago. A recuperação do asfalto e também a destruição das calçadas está gerando um desconforto, uma revolta com o povo anapolino. E quem está pagando com isso? Somos nós. Os vereadores, o prefeito”, disse Jakson, ao apontar que a principal reclamação da população é a má qualidade das obras. “Tapam um buraco e daqui a quinze dias a



A partir de agora, segundo Jakson Charles, uma nova metodologia de execução das ligações será adotada

prefeitura tem que ir lá e fazer de novo. É péssimo o serviço”, criticou.

O vereador informou ainda que os passivos estão catalogados e que, segundo o compromisso firmado na reunião, até maio todos os pontos com calçadas quebradas, buracos não corrigidos e serviços mal feitos devem ser resolvidos. “Inclusive aqueles que foram mal feitos serão refeitos. Essa é a proposta apresentada pela Saneago ao prefeito Márcio Corrêa e a todos

que estiveram na reunião”, declarou.

A partir de agora, segundo Jakson Charles, uma nova metodologia de execução das ligações será adotada. Os serviços também terão maior acompanhamento por parte da prefeitura e da ARM, conforme relatou o parlamentar.

A reunião discutiu, ainda, a necessidade de a prefeitura participar da autorização de novas aberturas de vias, até que o passivo atual seja eliminado. “Se nós temos vá-

rios serviços a serem complementados, não justifica fazer novas aberturas. Senão vai ficar sempre essa questão do passivo para frente”, destacou o vereador.

Nesta semana, a Prefeitura de Anápolis iniciou o cadastramento de demandas relacionadas às intervenções que não foram executadas corretamente pela Saneago. A ação está sendo realizada pela Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos, com pinturas de

identificação nos locais que apresentam irregularidades. A ideia é formalizar as notificações para que a concessionária adote as medidas legais necessárias.

ATENDIMENTO

As cobranças por melhorias ocorrem em um momento de pressão crescente sobre a Saneago. Na última semana, a ARM ação civil pública protocolada pela agência pediu a suspensão dos cortes de água até que os serviços de atendimento, como o 0800 e o WhatsApp - fora do ar desde fevereiro -, fossem restabelecidos.

Em nota ao DM Anápolis, a Saneago reiterou seu compromisso com a qualidade da prestação dos serviços e afirmou que mantém diálogo permanente com as autoridades municipais e com a ARM. A companhia disse ainda que reconhece os transtornos causados pelas obras de ampliação e modernização do sistema de água e esgoto e que está aprimorando os procedimentos de fiscalização

Administração quer rever valor pago à Santa Casa

Vereador Jean Carlos, porém, acredita que, posteriormente, pode haver novo acordo por complemento acima da tabela SUS

RAFAEL TOMAZETI

O líder do prefeito Márcio Corrêa (PL) na Câmara Municipal, vereador Jean Carlos (PL), afirmou que a administração municipal quer rever o valor – acima da tabela SUS – pago à Santa Casa para manutenção de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para o município de Anápolis.

Em 2023, o legislativo aprovou a possibilidade de a Prefeitura pagar R\$ 648 mil mensais à Fasa, mantenedora da unidade, para o complemento de valores de manutenção das UTIs – Estado e União também fazem repasses. No sistema tripartite, a diária de cada leito sai por cerca de R\$ 1,7 mil. São 36 leitos de terapia intensiva na Santa Casa. Neste momento, porém, parece improvável a manutenção

de repasses neste patamar.

“Existe um incremento firmado em 2023, em decorrência de toda a dificuldade financeira da Santa Casa, no valor de R\$ 648 mil, que foi referendado pelo Conselho Municipal de Saúde. Até dezembro de 2024, está confirmado. A administração atual quer rever. Ela entende que está acima do contratualizado. Esse incremento, que de fato a Santa Casa carece, está sendo revisto”, disse em entrevista ao Painel DM desta quarta-feira (26).

O líder do prefeito disse que, diante do cenário fiscal, há a recomendação de ajustes neste complemento à Santa Casa. “Existem outras contratações que precisam ser ajustadas. E todos sabem da dificuldade financeira do município neste momento. Obviamente a prioridade é a saúde.

Isso vai se ajustar e garantir a continuidade da contribuição do município para a Santa Casa. Os técnicos de avaliação e auditoria estão ponderando algumas situações com a Secretaria de Saúde e isso vai ser ajustado”, frisou.

Jean Carlos admitiu a importância dos leitos de UTIs municipais via SUS da Santa Casa, embora tenha reforçado que esta é uma atribuição constitucional de Estado e União. Por isso, ele não fecha portas para a retomada no futuro. “O município entende a dificuldade e tem sim essa possibilidade e creio que isso vai se concretizar de manter esse incremento. O que de fato precisa é garantir essa condição de ter a regulação municipal para as UTIs, que está praticamente com a regulação estadual”, destacou.



Jean Carlos admitiu a importância dos leitos de UTIs municipais via SUS, embora tenha reforçado que esta é uma atribuição de Estado e União

CRISE

Desde a terça-feira (25), a Santa Casa restringiu a internação de novos pacientes regulados pelo município para as UTIs da unidade. A Fasa cobrava quatro meses de pagamento do complemento, entre dezembro e março. Um deles, relativo ao ano passado, foi pago. Os demais, pelo que indica a administração, não serão.

Em entrevista, o responsável pelas Relações Institu-

cionais da Fasa, diácono Júlio César Silva, afirmou que, para a reabertura, a Santa Casa precisaria receber o complemento da Prefeitura.

O prefeito Márcio Corrêa, após visita à Câmara Municipal, respondeu questionamento sobre o assunto e mandou um recado, sem citar diretamente a Fasa. Ele disse que é “momento de união” e pediu que “entidades não olhem apenas para o próprio umbigo.”

A HISTÓRIA SE REPETE?

Anápolis revive roteiro de 1965 e sonha com o bicampeonato

Sessenta anos após a conquista histórica, Galo enfrenta novamente o Vila Nova na final, acumula coincidências marcantes e chega à decisão com vantagem no placar

JANAYNA CARVALHO

A história do Anápolis parece destinada a se repetir. Em 1965, o Galo da Comarca conquistou seu primeiro e único título do Campeonato Goiano, uma façanha que entrou para prateleira de cima do futebol do estado. Sessenta anos depois, a equipe está novamente na final da competição, enfrentando o mesmo adversário da conquista histórica, o Vila Nova, e acumulando coincidências que reacendem o sonho do bicampeonato.

A campanha de 1965 ficou marcada por uma vitória épica na final contra o Vila Nova, no Estádio Jonas Duarte. Na ocasião, o Anápolis venceu por 3 a 2, com um gol decisivo de Zezito aos 43 minutos do segundo tempo. Em 2025, a equipe voltou a superar o Vila Nova no primeiro jogo da decisão, vencendo por 2 a 0, mesmo jogando com um jogador a menos. A partida de volta acontecerá no Estádio Serra Dourada, local onde o Galo pode voltar a fazer história.

Outro elemento curioso



A campanha de 1965 ficou marcada por uma vitória épica na final contra o Vila Nova, no Estádio Jonas Duarte

na trajetória do Anápolis é o nome Caxambu. Em 1965, o time era comandado por Agnaldo Felisberto, conhecido como técnico Caxambu, que foi um dos grandes responsáveis por levar o clube ao topo do futebol goiano. Agora, na campanha de 2025, o nome volta a aparecer, mas

desta vez como jogador. O lateral-esquerdo Westherley Garcia Nogueira, apelidado de Caxambu, veste a camisa do Anápolis e pode ser peça fundamental na decisão do título.

O desempenho do Anápolis nos números também chama atenção. Em 1965, o

clube terminou a competição com um saldo de 23 gols positivos, após marcar 42 vezes e sofrer 19 gols em 20 partidas. Já na atual campanha, embora os números completos ainda não estejam consolidados, a equipe mostrou uma defesa sólida e um ataque eficiente, que

foram determinantes para garantir a vaga na decisão e o título simbólico de Campeão do Interior.

Além das coincidências em campo, a identidade visual do clube também resgata a conquista histórica. O uniforme utilizado na temporada de 2025 é uma releitura da camisa usada pelo Anápolis em 1965, trazendo as tradicionais faixas verticais em preto e branco, em uma homenagem ao time que escreveu o capítulo mais glorioso da história do Galo.

A torcida tricolor, que há décadas aguarda por um novo título estadual, se vê diante de uma oportunidade única. As coincidências, o desempenho da equipe e a energia que envolve a campanha de 2025 fazem crescer a expectativa de que o passado e o presente possam, finalmente, se encontrar no topo do futebol goiano mais uma vez. O jogo decisivo acontece no dia 30 de março, às 17h, no Estádio Serra Dourada. O Anápolis tem a vantagem de 2 a 0 e joga pelo empate para conquistar o título.

Ambulantes vão ao Ministério Público para discutir sua retirada do Centro de Anápolis

Prefeitura recua de prazo imediato e promete diálogo após críticas de trabalhadores e vereadores

LARA DUARTE

O vereador Rimet Jules (PT) confirmou que participará nesta semana de uma audiência com o Ministério Público de Goiás (MPGO) para tratar da retirada de vendedores ambulantes do Centro de Anápolis. O encontro será com o promotor da 15ª Promotoria, que responde pela área do Meio Ambiente, e contará com uma comissão de cinco ambulantes eleita em audiência pública.

A atuação do Ministério Público, segundo o vereador, é essencial. "O MP é o fiscal da legislação e deve intervir em situações que envolvem coletividades, como essa dos ambulantes. Pode haver violações de di-



Outros vereadores como Fred Caixeta (PRTB) e Cleide Hilário (Republicanos) manifestaram intenção de comparecer à audiência

reitos humanos e trabalhistas, e há também a questão do meio ambiente urbano. É obrigação do MP acompanhar esse processo e garantir um tratamento adequado", explicou.

Outros vereadores como

Fred Caixeta (PRTB) e Cleide Hilário (Republicanos) manifestaram intenção de comparecer à audiência. "Já percebemos um recuo do Executivo na questão da retirada imediata e sem planejamento. Havia uma con-

versa informal com determinação de desocupação em até 30 dias. Mas o prefeito já manifestou recuo e garantiu o diálogo. Isso é um avanço importante", citou Rimet.

Nesta semana, ao ser questionado sobre o tema, o prefeito Márcio Corrêa (PL) declarou que não haverá medidas autoritárias. "Todas as medidas serão tomadas com diálogo, com consenso de todos. Precisamos organizar o espaço urbano e garantir o direito de ir e vir, mas quem trabalha e produz sempre terá meu apoio. Nenhuma decisão será tomada sem ouvir os envolvidos", declarou.

Apesar do novo tom da Prefeitura, Rimet considera fundamental manter a mo-

bilização. "A audiência com o MP continua marcada. A gente precisa garantir que todas as decisões sejam tomadas com participação dos trabalhadores e com respeito à legislação. Não se pode tomar medidas que prejudiquem centenas de famílias sem planejamento", ressaltou o parlamentar.

Desde o dia 14 de março, quando representantes da Prefeitura informaram ambulantes sobre o plano de retirada, a medida tem enfrentado resistência. Ainda não há definição oficial sobre a área de realocação, mas a administração avalia um sistema de cadastramento e espaços nas imediações do Mercado Municipal.

GAMELEIRA GERADORA DE ENERGIA RENOVÁVEL

S.A.
NIRE 52300042151
CNPJ/MF 38.013.764/0001-94ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024

ANEXO I

GAMELEIRA GERADORA DE ENERGIA RENOVÁVEL

S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A Gameleira Geradora de Energia Renovável S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente constituída e organizada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, regida pelo presente estatuto social e demais dispositivos da legislação brasileira aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de produção própria, pela implantação e exploração, pelo período de outorga concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Pequena Central Hidrelétrica Gameleira, localizada no Rio São Bartolomeu, no Estado de Goiás.

Artigo 3º. A Companhia tem sede na cidade de Cristalina, Estado de Goiás, à Rodovia BR-050, Km 101, Zona Rural Fazenda Fartura, CEP 73.850-000, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II. DO CAPITAL

Artigo 5º. O capital da Companhia é de R\$125.263.513,00 (cento e vinte e cinco milhões e duzentos e sessenta e três mil e quinhentos e treze reais), dividido em 12.526.351.300 (doze bilhões e quinhentas e vinte e seis milhões e trezentas e cinquenta e uma mil e trezentas) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$0,01 (um centavo de real) cada uma.

§1º. A propriedade das ações será comprovada pelo título, decorrente da inscrição do nome do acionista no seu livro de registro de ações nominativas ("Livro de Registro de Ações").

§2º. Fica vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias.

§3º. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, considerando o capital social total da Companhia.

§4º. As ações provenientes de aumento de capital social serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia Geral que deliberar sobre o referido aumento.

§5º. Mediante aprovação de acionistas representando a totalidade do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

§6º. Os acionistas não poderão constituir penhor, usufruto, caução ou qualquer outra forma de gravame, ônus ou garantia, de forma direta ou indireta sobre suas ações, sem o prévio consentimento dos demais acionistas, sob pena de tal operação ser considerada nula perante a Companhia, a qual se absterá de realizar qualquer averbação nesse sentido no Livro de Registro de Ações da Companhia.

§7º. No caso de abertura de seu capital, a Companhia obriga-se, perante os acionistas, a aderir a um segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciais de práticas de governança corporativa previstas nos incisos I a V, do art. 8º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada.

Artigo 6º. A ação é indissível perante a Companhia, e cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Artigo 7º. As ações de emissão da Companhia poderão ser livremente transferidas, salvo se de outra forma expressamente disposta em acordo de acionistas, devidamente arquivado na sede da Companhia.

CAPÍTULO III. DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 9º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente sempre que houver necessidade.

Parágrafo único. Sem prejuízo das publicações exigidas por

lei, os acionistas da Companhia serão também convocados para as assembleias gerais, por telegrama ou carta registrada, expedidos com a antecedência prevista no art. 124, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, nos endereços indicados para tal fim pelos acionistas à Companhia.

Artigo 10. As Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas, a qualquer tempo, pelos Diretores, devendo, para tanto, serem observadas todas as formalidades previstas na Lei das Sociedades Anônimas e neste Estatuto Social, ser encaminhada comunicação por escrito aos acionistas, no prazo mínimo de 8 (oito) dias de antecedência, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados, acompanhada de todos e quaisquer documentos que devam ser analisados e aprovados na Assembleia Geral da Companhia a ser realizada ou que sirvam de fundamental para as deliberações a serem tomadas.

Artigo 11. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Capítulo, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem Acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

Artigo 12. As Assembleias Gerais somente poderão ser instaladas com a presença dos Acionistas titulares dos votos exigidos para a sua deliberação válida.

Parágrafo Único. As Assembleias Gerais serão presididas por um acionista escolhido por maioria dos votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia Geral caberá a escolha da Secretaria.

Artigo 13. As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria simples de votos, não se computando os votos em branco.

Artigo 14. As deliberações das seguintes matérias deverão obrigatoriamente ocorrer no âmbito da Assembleia Geral:

(i) quaisquer alterações no Estatuto Social da Companhia;

(ii) criação e/ou alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;

(iii) aumento do capital social;

(iv) redução do capital social da Companhia e/ou resgate de Ações com ou sem redução de capital;

(v) fixação da política de distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio e sua alteração;

(vi) participação da Companhia em negócios alheios ao objeto social;

(vii) realização de qualquer negócio jurídico que tenha por objeto a aquisição ou alienação, ou ainda, a constituição de gravames de qualquer natureza sobre as ações e/ou quotas de sociedades de titularidade da Companhia, assim como exercício ou renúncia de quaisquer direitos, incluindo, mas não se limitando a a subscrição ou aquisição, sobre as ações e/ou quotas de sociedades de titularidade da Companhia;

(viii) resgate, amortização, conversão, desdobramento, grupamento ou compra de ações da Companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria;

(ix) associação da Companhia, sob quaisquer circunstâncias, com terceiros, inclusive a realização de um empreendimento conjunto, de um consórcio, ou a participação da Companhia;

(x) emissão de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de capital ou de dívida da Companhia;

(xi) fusão, transformação, cisão (parcial ou total) ou incorporação, inclusive de ações, da Companhia;

(xii) dissolução e liquidação da Companhia, bem como seus respectivos procedimentos e sua cessação, ou ainda autorização que permita à administração da Companhia requerer a recuperação judicial ou propor plano de recuperação extrajudicial, ou ainda confessar a falência da Companhia;

(xiii) aprovação de quaisquer contratos ou operações que, de forma isolada ou em conjunto, importem em envolvimento da Companhia acima do valor subscrito e integralizado do capital social da sociedade;

(xiv) alienação de quaisquer bens ou ativos de propriedade da Companhia; e

(xv) escolher e destituir os auditores independentes.

Artigo 15. As deliberações da Assembleia Geral deverão observar os acordos de acionistas devidamente arquivados, devendo o Presidente da Assembleia não computar o voto referido com infração a tais acordos de acionistas.

CAPÍTULO IV. DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16. A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer

garantia para o exercício de suas funções.

§ 1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

§ 2º. Os membros da Diretoria eleitos declararão que o desempenho de suas funções faz parte das atribuições de representante do acionista da Companhia, razão pela qual renunciam expressamente a toda e qualquer remuneração pela ocupação dos cargos para os quais foram eleitos.

Diretoria

Artigo 17. A Diretoria da Companhia será composta por 4 (quatro) Diretores Executivos, acionistas ou não, residentes no país, com mandato de 2 (dois) anos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, bem como podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente. Todos os Diretores deverão ser profissionais de reputação ilibada e deverão estar qualificados para ocupar a respectiva função.

Artigo 18. Os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos.

Artigo 19. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer Diretor, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, este Diretor deverá ser substituído por profissional designado pela Assembleia Geral.

Artigo 20. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor que na ocasião for escolhido.

§ 1º. As reuniões serão convocadas por qualquer diretor. Para que as reuniões se instalem e os diretores validamente deliberem, é necessária a presença da maioria dos Diretores que estiverem no exercício de seus cargos.

§ 2º. As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate.

Artigo 21. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:

(i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;

(ii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões;

(iii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; e

(iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários.

Parágrafo Primeiro. A representação da Companhia caberá a 2 (dois) Diretores em conjunto, nos termos da Ata da Eleição da Diretoria. Os documentos que obriguem a Sociedade serão assinados conjuntamente pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro ou com o Diretor Executivo II, ou alternativamente pelo Diretor Executivo I em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro ou com o Diretor Executivo II.

Parágrafo Segundo. A sociedade poderá indicar procurador legalmente constituído na hipótese faltas, ausências ou impossibilidades dos seus Diretores, desde que observada sua representação contidas neste Estatuto.

Artigo 22. Quaisquer procurações da Companhia serão sempre autorizadas em nome da Companhia por 2 (dois) de seus Diretores, devendo constar (a) poderes específicos para o ato a ser praticado e (b) prazo determinado não superior a 1 (um) ano, a exceção dos que forem destinados a contencioso administrativo ou judicial.

Artigo 23. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador, ou funcionário, que a envolvem em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião, obedecidos os limites previamente fixados.

CAPÍTULO V. DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24. O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

CAPÍTULO VI. DO EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO E DO LUCRO

Artigo 25. O exercício social terá início em 1 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 26. Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, as quais serão auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários, com observação aos preceitos legais pertinentes.

Artigo 27. A Companhia convocará anualmente uma Assembleia Geral ordinária para deliberar sobre a distribuição de dividendos pela Companhia. Observadas as manutenções das reservas exigidas por lei e por este Estatuto Social, a Companhia pagará anualmente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido a todos acionistas, de qualquer classe ou espécie. Os lucros deliberados serão pagos aos acionistas no prazo de até 30 (trinta) dias após a realização da Assembleia Geral que aprovou tal distribuição.

Artigo 28. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não exceder 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) uma parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório; e

(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 29. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VII. DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 30. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 31. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionadas à aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento da Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Parágrafo único. A presente cláusula arbitral vincula também quaisquer futuros acionistas que, por qualquer título, venham a integrar o quadro social da Companhia.



Café da manhã

ULISSES AESSE

ulissesaessee6@gmail.com

**Defesas**

As defesas, no caso do presidente Jair Bolsonaro (foto) e seus assessores, foram fracas pelas argumentação dos defensores, dadas em entrevistas à imprensa.

Só, só

Pelo que se 'viu' e 'ouviu', apenas desqualificação dos depoimentos e delação premiada do ex-ajudante de ordem do presidente Bolsonaro, Mauro Cid. Mas sem convencer ou provar que o mesmo é mentiroso.

Princípios

Parece que os advogados estavam ali apenas para cumprirem um rito, o dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Seleção

A Votorantim Cimentos abriu inscrições para processo seletivo destinado a jovens interessados em ingressar no mercado de trabalho e que queiram obter experiência profissional como aprendizes. A cidade escolhida para essas vagas é Edealina.

Vergonha

Duas frustrações em apenas uma semana. O Vila Nova perder o campeonato goiano para o Anápolis e a Seleção Brasileira pagando 'mico' diante da Seleção Argentina.

Mais um

O presidente Donald Trump está procurando sarna para coçar ao atacar o Irã. Desde que assumiu seu segundo mandato, só entrando em atritos com vários países.

Maligno

Um psicólogo foi preso no Distrito Federal acusado de matar macabramente mais de 16 gatos 'tigrados'. A pergunta é: o que se passa na cabeça de um psicólogo nesses momentos, quando deveria ter a 'cabeça' no lugar??!

Plataforma mostra os investimentos feitos em Goiás

O Governo de Goiás acaba de lançar uma plataforma digital com o objetivo de monitorar investimentos no Estado. Feita em parceria entre a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), a Secretaria-Geral de Governo (SGG) e o Instituto Mauro Borges (IMB), a plataforma reúne dados sobre 'aportes em setores estratégicos, como indústria, comércio, serviços, agropecuária e construção. As informações podem ser consultadas por município, período, tipo de capital (público, privado ou misto) e finalidade do investimento (implantação ou expansão)'. Segundo o titular da SIC, Joel de Sant'Anna Braga Filho, a plataforma representa um avanço significativo, permitindo o acompanhamento preciso dos investimentos em Goiás. 'Com ela, garantimos mais transparência, facilitamos o planejamento estratégico de empresas e gestores, e criamos um ambiente ainda mais favorável para novos negócios e oportunidades no estado, diz ele. Com acesso gratuito e fácil navegação, os dados podem ser consultados no painel estatístico disponível em: <https://abre.go.gov.br/1f6fd11>.



Lucas Vergílio envia ofício à Prefeitura

O vereador Lucas Vergílio, presidente da Comissão de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais da Câmara Municipal de Goiânia, enviou ontem ofício à Prefeitura de Goiânia solicitando esclarecimentos formais sobre declaração (de maus-tratos a um cavalo) feita pelo prefeito Sandro Mabel durante sua visita à Câmara. Lucas criticou a fala de Mabel, especialmente no que se refere à 'naturalização' dos maus-tratos aos animais. Lucas destaca que a fala dada por uma autoridade municipal, ainda que em momento de indignação, afronta o compromisso coletivo com a dignidade animal. O requerimento, diz ele, não tem apenas o objetivo de promover uma crítica, 'mas estimular um diálogo institucional e fortalecer as causas animais'.



- O cantor Thiago Xavier se apresenta sempre no Espaço Árabe, anexo do Restaurante Árabe, o mais tradicional do estado. O artista interpreta MPB e música do cantor mexicano Luis Miguel. O espaço árabe conta com mais de 300 rótulos de vinhos importados sobre responsabilidade do Enólogo Gersly, que é gerente do Espaço Árabe. Thiago Xavier canta em aniversários e casamentos e o telefone para contato é 62 9 81640011.
- A primeira-dama, Janja, explica nas redes sociais porque está no Japão e qual o 'custo' da sua passagem por lá.
- Lula, no Japão, fala em 'segunda guerra fria'. Mas ela existe de fato, entre os EUA, Rússia e China.
- Algumas ruas de Goiânia parecem a 'Cracolândia'...
- 'Entra pelas portas dele com gratidão, e em seus átrios com louvor; louvai-o, e bendizei o seu nome.' - Salmos 100:4



Mutirão busca regularizar bares e restaurantes

Proposta visa corrigir irregularidades e garantir aos empresários locais o funcionamento de bares e de restaurantes na Capital



Representantes do Sindibares Goiânia durante reunião com prefeito

REDAÇÃO

Após ação fiscalizatória que resultou no fechamento de bares no Setor Marista, no último fim de semana, o vereador Thialu Guiotti (Avante) tomou iniciativa de promover reunião com o prefeito Sandro Mabel (União Brasil) para buscar soluções que garantam a regularização dos estabelecimentos, em diálogo com representantes do Sindibares Goiânia.

O vereador propôs a criação de um mutirão de regularização, com foco na emissão de licenças e na resolução de pendências relacionadas a multas acumuladas ao longo dos anos. A proposta visa corrigir irregularidades e garantir aos empresários locais o funcionamento de bares e de restaurantes.

Newton Pereira, presidente do Sindibares Goiânia, destacou a importância

do diálogo entre os empresários do setor e a Prefeitura de Goiânia. "Agradecemos ao prefeito Sandro Mabel pela disposição em dialogar conosco e por nos receber. A proposta de realizar um seminário e um mutirão de regularização é uma oportunidade para conscientizar os empresários e para ajudá-los a regularizar sua situação, para que possam continuar gerando emprego e renda", afirmou.

O prefeito demonstrou apoio à proposta e reforçou seu compromisso com o crescimento e a regularização dos estabelecimentos. "Nós queremos intensificar o turismo cada vez mais; vamos trazer muitas atrações, muitos shows, vamos fazer muita coisa na cidade. Então, os bares e os restaurantes vão crescer ainda mais", afirmou. "Da nossa parte, o que precisamos é de regularizar", completou Mabel.

PL que protege estudantes por gravidez ou adoção vai à sanção

REDAÇÃO

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (26) o projeto de lei 475/2024, que proíbe qualquer forma de discriminação contra estudantes e pesquisadores por motivo de gestação, parto, nascimento de filho ou adoção. A proposta, originária da Câmara dos Deputados, visa garantir igualdade de condições nos processos seletivos para bolsas de estudo e pesquisa em instituições de ensino superior e agências de fomento. A matéria agora vai à sanção presidencial.

O projeto também considera discriminatória a

realização de perguntas de cunho pessoal sobre planejamento familiar durante entrevistas nos processos seletivos. Em caso de descumprimento da norma, a proposta prevê a instauração de procedimento administrativo contra os responsáveis pela prática discriminatória.

Outro ponto importante do texto é a ampliação do período de avaliação da produtividade científica para mulheres que se afastarem por licença-maternidade. Nesses casos, o prazo será estendido em dois anos, além do tempo originalmente estipulado pela instituição de fomento.

Caiado diz que não há governabilidade sem responsabilidade fiscal

Durante evento promovido pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), em Brasília, governador de Goiás defende reformas que acelerem serviços do Estado

BETO SILVA

O governador Ronaldo Caiado afirmou que a governabilidade dos estados depende da responsabilidade fiscal. A declaração foi feita na última terça-feira, 25, durante o evento A Necessária Modernização do Estado, promovido pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), em Brasília.

O congresso contou com o apoio de diversas entidades, incluindo Fecomércio-SP, Cebrasse e Ranking dos Políticos.

No painel Contas Públicas, o chefe do Executivo dividiu a discussão com o ex-presidente Michel Temer e o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Caiado enfatizou que o equilíbrio fiscal é essencial

para uma gestão eficiente e exige coragem para adotar medidas austeras. Ele defendeu uma reforma administrativa que respeite os servidores, mas imponha regras que acelerem processos.

O governador citou a experiência de Goiás, onde encontrou as contas desorganizadas em 2019 e precisou implementar controle fiscal para evitar que a dívida superasse a capacidade de arrecadação do estado.

Durante o evento, Caiado anunciou o envio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) à Assembleia Legislativa de Goiás, criando o Fundo de Estabilização Econômica (FEG).

CRÍSES

O fundo reservará 1,5% do PIB estadual para crises climáticas ou dificuldades financeiras, garantindo segurança à economia goiana.

O encontro reuniu lideranças políticas e empresariais para discutir a reforma administrativa e os desafios fiscais do Brasil.



Ronaldo Caiado durante painel A Necessária Modernização do Estado, em Brasília

O presidente do CNC, José Roberto Tadros, destacou a necessidade de um Estado mais eficiente e ágil. Ele elogiou a gestão goiana: "Goiás desponta no desenvolvimento econômico, comércio, agricultura e indústria".

Michel Temer defendeu a implementação de uma reforma administrativa ba-

seada na meritocracia, enquanto o ministro Augusto Nardes ressaltou a urgência de modernizar a infraestrutura e a educação. "Precisamos reinventar o Estado para torná-lo dinâmico e eficiente", disse.

O deputado federal Zé Trovão elogiou Caiado pela transformação das finanças goianas e reforçou a

importância de um grupo de trabalho para estruturar uma reforma administrativa que atenda ao povo, à indústria e ao Governo Federal.

Além das questões fiscais, o evento abordou caminhos legislativos para modernizar o setor público, condições macroeconômicas para o crescimento do país e oportunidades ao setor produtivo.

Encontro busca ampliar transplantes

Evento visa aprimorar e integrar o trabalho das equipes e aumentar o número de doações de órgãos e tecidos no Estado

REDAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) promove hoje a sétima edição do Encontro de Comissões Intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (Cihdotts). O evento será realizado no Umuarama Plaza Hotel, em Goiânia, das 7h às 18h. Organizado pela Gerência Estadual de Transplantes (CET), o encontro tem como objetivo promover o aprimoramento do trabalho e a integração dessas comissões e, assim, aumentar o número de notificações e doações

em Goiás.

De acordo com a gerente de Transplantes, Katiuscia Chistiane Freitas, Goiás registrou 657 notificações de morte encefálica no ano passado, aumento de 18,6% em relação ao ano anterior, e 114 doadores efetivos. Já o número de transplantes teve aumento de 7,8% em relação a 2023, com 891 transplantes de órgãos e tecidos realizados em 2024.

O encontro vai reunir cerca de 200 profissionais de saúde da Gerência de Transplantes e representantes de hospitais públicos e privados de Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jaraguá, Jataí, Luziânia, Pirenópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, São Luís de Montes Belos, Trindade e Urucuá.

"Será um momento oportuno para reunir os profissionais dessas áreas, que vão debater os principais temas do universo das doações e transplante de órgãos em Goiás", definiu Katiuscia. Ela lembra que o Estado conta com 32 Cihdotts. "O trabalho dessas equipes melhora a notificação e doação, aumentando o número de transplantes em território goiano e no País", destaca a gerente.

Entre os diversos temas a serem debatidos, estão o Panorama Atual das Doações e Transplantes de Órgãos no Brasil e em Goiás, apresentado por Katiuscia; Reversão da Recusa Familiar - Simulação Realística, com as psicólogas da CET Patrícia de Oliveira Vasconcelos e Eliana Nadim Saba; e Intercâmbio Angola x Brasil.



Goiás teve aumento de 7,8% no número de transplantes em comparação a 2023

Relatora e ex-viciado em jogos defendem regras para bets

REDAÇÃO

Durante a audiência da CPI da Bets, na terça-feira, 25, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), relatora do colegiado, disse que o Poder Legislativo ainda

precisa criar novas regras para diminuir o acesso dos brasileiros a apostas virtuais.

Ela criticou a demora na regulamentação da lei de 2018 que iniciou a liberação das "apostas de quota fixa",

que só veio em 2023 com a Lei 14.790, de 2023. Esse setor engloba as bets esportivas e os "jogos online" que se assemelham aos cassinos, como o chamado Jogo do Tigrinho.

"Precisamos dificultar

cada vez mais [o acesso às apostas virtuais]. Nós estamos aqui fazendo uma mea-culpa. Precisamos legislar para diminuir ao máximo os riscos e os danos dessa atividade... Agora estamos aqui aprendendo e trocando o

pneu com o carro andando, porque é um mundo novo para todos nós", avaliou Soraia.

A CPI ouviu o depoimento de um ex-apostador que superou o vício, André Rorim.

Políticos lamentam morte de prefeito de Belo Horizonte

Ele estava internado no Hospital Mater Dei na capital mineira. Governadores Romeu Zema e Ronaldo Caiado lamentam perda

AGÊNCIA BRASIL

Políticos se manifestaram sobre a morte do prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, nesta quarta-feira (26). Noman sofreu uma parada cardiorrespiratória, na noite de ontem (25). Segundo Boletim médico divulgado pelo Hospital Mater Dei, Noman foi reanimado, mas o quadro foi considerado como "bastante grave".

O vice-prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião, se manifestou em uma rede social, lamentando a morte de Noman. "É com profundo pesar que recebo a notícia da perda do meu amigo @eufuadnoman. No último ano o acompanhei passo a passo e testemunhei a força, a fé e a coragem de um homem que superou todos os limites possíveis e imagináveis", escreveu.

"Nosso relacionamento era profissional diante de

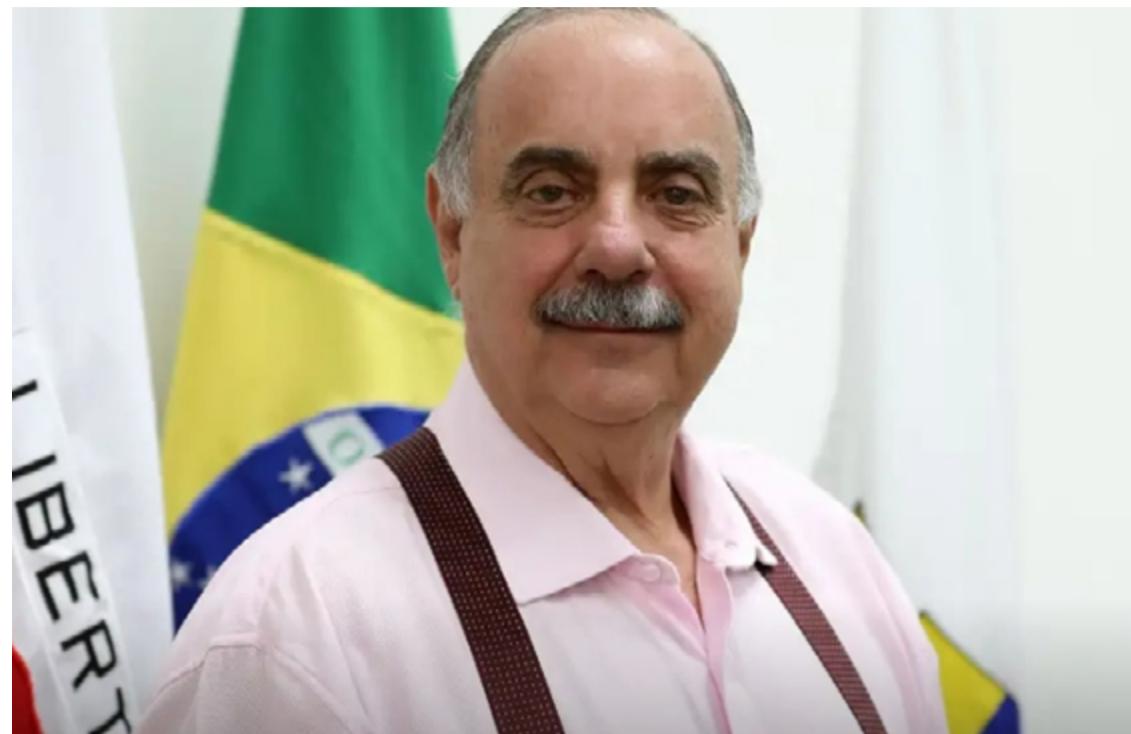
nossas responsabilidades públicas. Mas era humano, fraterno e carinhoso no trato cotidiano. Fuad me tratava como um filho, sempre me orientando, aconselhando e puxando a orelha quando havia necessidade. A política pode ser feita com ternura. Fuad era firme sem ser intolerante. Era propositivo, sem jamais ser impositivo. E sabia muito bem o que queria, sendo um homem do diálogo, da convergência e da união", completou.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, em uma rede social lamentou a morte do prefeito.

"Com tristeza, nos despedimos de Fuad Noman, prefeito de BH. Sua vida pública foi marcada pelo diálogo e respeito, sempre a serviço de uma cidade e de um estado mais fortes. Meus sentimentos aos familiares e amigos. Descanse em paz, amigo", escreveu.

"Gracinha e eu recebemos a triste notícia da morte do prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman,

aos 77 anos. Economista e escritor, Noman lutou bravamente contra um câncer



Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman: morte impacta comunidade política

cer e suas complicações. A doença não o impediu de disputar e vencer as eleições do ano passado, bem como de tomar posse como representante dos belo-horizontinos", disse o governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado estadual Tadeu Leite (MDB), tam-

bém manifestou pesar pela morte de Fuad Noman.

"Perdemos um político e administrador competente, que sempre atuou com ética e cuidado, pelo bem das pessoas. Que Deus dê força aos amigos e familiares neste momento difícil", disse.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), dis-

se que Fuad Noman foi um servidor público de "carreira notável".

"Recebi com tristeza a notícia do falecimento de Fuad Noman, prefeito de BH. Fuad foi servidor público de carreira notável, com mais de 50 anos de serviço. Envio meus sentimentos à família do prefeito e a todos os cidadãos de Belo Horizonte", escreveu.

"O governo federal ignora sua responsabilidade no enfrentamento do crime", diz Caiado

Fórum de Segurança Pública Pelo Brasil, realizado em Brasília, reúne gestores para debater enfrentamento do crime organizado. Ronaldo Caiado cobra efetividade da União

REDAÇÃO

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, fez duras críticas ao governo federal durante sua participação no Fórum de Segurança Pública Pelo Brasil, realizado na quarta-feira, 26, em Brasília. Em seu discurso, ele alertou sobre a falta de autoridade nacional no combate ao crime organizado e criticou a tentativa da União de centralizar o comando das polícias estaduais, o que, segundo ele, compromete a segurança em todo o país.

Para Caiado, é fundamental que os governadores exerçam plenamente sua autoridade como comandantes-chefes da segurança pública. "O governador precisa afirmar com clareza: 'A segurança do meu estado está sob meu comando'. Essa

postura firme é essencial para proteger a população e impedir que o crime organizado avance", declarou. Ele também advertiu que a omissão federal pode tornar o Brasil a maior nação da América Latina sob o domínio do narcotráfico.

Outro ponto criticado por Caiado foi a proposta de Emenda Constitucional (PEC) que busca unificar diretrizes das polícias estaduais sob o comando de Brasília. Para ele, a União já enfrenta dificuldades para lidar com crimes de sua competência, como tráfico de drogas, contrabando de armas e crimes financeiros. "O governo federal ignora sua própria responsabilidade no enfrentamento do crime organizado e tem falhado gravemente nessa missão", afirmou.

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), Sandro Avelar, endossou as críticas de Caiado. Segundo ele, a população espera que os Estados garantam a se-



Governador Ronaldo Caiado, durante seminário, defende postura firme contra o crime organizado

gurança pública e destacou que o governo federal não pode impor diretrizes sem ouvir os gestores estaduais. "Segurança se faz com técnica, não com centralização burocrática", pontuou.

Outros participantes do evento, como o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, e

o procurador do Ministério Público do Rio de Janeiro, Marcelo Rocha Monteiro, reforçaram a importância da autonomia estadual no combate à criminalidade. O senador Ciro Nogueira também se pronunciou sobre o tema, destacando que a preocupação com a segurança já ultrapassou a educação e a saúde como a maior prioridade dos brasileiros.

"Enquanto cidades são tomadas por facções, ônibus são sequestrados em plena luz do dia e atos de violência se espalham pelo Brasil, os goianos vivem uma realidade diferente. Isso acontece porque Goiás não se curvou ao crime", ressaltou Caiado.



Viram essa?

O presidente americano Donald Trump, em decreto para mudar regras eleitorais nos EUA, citou o Brasil como modelo de sistema eleitoral. Na avaliação do americano, nosso país tem regras de seguranças mais rígidas que as dos EUA.

Vídeo

No julgamento do mérito da denúncia contra Jair Bolsonaro, o ministro Alexandre de Moraes mostrou vídeos da violência empregada pelos bolsonaristas na tentativa de golpe, cujo ato final foi o 8 de janeiro.

Demóstenes

Moraes questionou a sustentação oral do advogado Demóstenes Torres, que defende um dos acusados. O goiano disse que não haveria comprovação da materialidade do golpe. "As imagens não deixam dúvidas e atestam o contrário", provocou Moraes.

Impasse

Enquanto a contabilidade oficial apresentada pelo ex-prefeito Rogério Cruz (Solidariedade) aponta um déficit de cerca de R\$ 400 milhões nos cofres da Prefeitura de Goiânia, o atual prefeito Sandro Mabel (UB) sustenta que o rombo chega perto de R\$ 4 bilhões.

Condenação

O ex-assessor do deputado federal Gustavo Gayer (PL), João Paulo Cavalcante foi condenado pelo STF a 14 anos de prisão por envolvimento nos atos golpistas do 8 de janeiro. A decisão foi publicada no último dia 25 de março.

Investigação

João Paulo Cavalcante também aparece na investigação da Polícia Federal, que acusa Gustavo Gayer de desviar recursos da Câmara Federal. Cavalcante foi flagrado em diálogo com outro assessor do deputado falando como era feito o suposto desvio de verbas.

Infeliz

Uma declaração infeliz do prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (UB), que disse que faria salsicha de um cavalo de um trabalhador, foi alvo de um pedido de esclarecimento da Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais da Câmara Municipal.

Contexto

A "ameaça" de Mabel se deu no contexto onde ele advertia um carroceiro que estaria fazendo descarte irregular de entulhos. O pedido de esclarecimento foi assinado pelo presidente da Comissão, vereador Lucas Verígio (MDB).

Insistência de Bolsonaro por candidatura em 2026 preocupa aliados



Inelegível até 2030 por força de duas condenações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e agora réu em ação criminal que pode render-lhe até 42 anos de cadeia, possibilidade que, de acordo com a legislação atual, o baniria da política, Jair Bolsonaro insiste na tese de que será ele o candidato da direita a presidente da República em 2026. Recentemente, em entrevista ao podcast "Inteligência Ltda", o ex-presidente afirmou categoricamente, ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um pretenso candidato à sucessão de Lula que espera herdar o espólio eleitoral do liberal, que "só passo o bastão depois de morto". A fala de Bolsonaro foi uma resposta às várias opiniões de aliados, que entendem que o melhor para a oposição ao governo Lula seria Bolsonaro anunciar o seu sucessor, já que são ínfimas as chances dele conseguir reverter sua inelegibilidade. Os próprios aliados de Bolsonaro avaliam que a sua insistência por uma candidatura própria em 2026 pode dificultar o surgimento de outros nomes viáveis, que possam representar o próprio bolsonarismo e a direita como um todo. Lideranças desse espectro político entendem que a negativa de Bolsonaro, de acenar para a escolha de um sucessor do seu espólio político, representa um grande risco da oposição perder as eleições de 2026, já que, até que seja indeferida a pretensa candidatura de Bolsonaro, forçando-o a eleger um sucessor, pode não haver tempo hábil para construir uma candidatura capaz de derrotar o presidente Lula. Ao mesmo tempo, dizem, essa demora na definição do ex-presidente acaba fragmentando a base bolsonarista, diminuindo o apelo eleitoral desse movimento.

Anistia para Bolsonaro não é tão simples

Para o professor José Ricardo Cunha, titular da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Bolsonaro só poderia se beneficiar de um anistia pela tentativa de golpe de estado após ser efetivamente punido pelo STF, e, se a anistia beneficiar só o ex-presidente, o Supremo pode ser acionado por a lei ferir o princípio da impessoalidade. Se a anistia for restrita aos crimes do 8 de janeiro, também pode haver um questionamento jurídico, porque o plano de tentativa de golpe, segundo a denúncia da PGR, começou antes disso.

Mesmo com anistia, Bolsonaro continuaria inelegível

Não ocorrendo mudanças na chamada Lei da Ficha Limpa, mesmo com a anistia do Congresso, Jair Bolsonaro seguiria impedido de concorrer a presidente em 2026. A única forma dele reverter sua inelegibilidade seria ele ser anistiado também pelas condenações no TSE, o que é improvável.

Senado aprova uso de tornozeleira eletrônica para agressor de mulher

O texto determina que, durante a vigência da medida protetiva, o agressor poderá ser obrigado a usar tornozeleira eletrônica



A proposta, de origem na Câmara dos Deputados, altera a Lei Maria da Penha

REDAÇÃO

O Senado aprovou nesta quarta-feira (26) o projeto de lei 5.427/2023, que amplia a proteção a mulheres vítimas de violência doméstica ao permitir o uso de tornozeleira eletrônica para monitorar os agressores. A proposta, de origem na Câmara dos Deputados, altera a Lei Maria da Penha (lei 11.340/2006) para prever a monitoração eletrônica como parte das medidas protetivas de urgência. A proposta será enviada à sanção presidencial.

O texto determina que, durante a vigência da medida protetiva, o agressor poderá ser obrigado a usar tornozeleira eletrônica. Além disso, a proposta prevê que tanto a vítima quanto as autoridades policiais sejam alertadas em caso de aproximação indevida, por meio de um dispositivo de segurança.

O relator da matéria na Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Pau-

lo Paim (PT-RS), também presidente do colegiado, apresentou um substitutivo ao texto original. Ele retirou a exigência de que o dispositivo de segurança fosse necessariamente vinculado a um telefone celular, considerando a proposta excessivamente detalhada. Em vez disso, deixou a definição da tecnologia a cargo dos órgãos de segurança pública. Paim aproveitou parte do texto do PL 5.512/2023, do senador Magno Malta (PL-ES) - os projetos tramitam em conjunto.

Para Paim, o monitoramento eletrônico fortalece a eficácia das medidas protetivas e pode salvar vidas. Ele destacou que o instrumento permitirá que a vítima seja alertada com antecedência em caso de risco iminente.

"Infelizmente, não é raro assistirmos nos noticiários casos de mulheres assassinadas mesmo após a implementação de medidas protetivas contra o agressor", lamentou o senador.

Deputado propõe compensar Estados e municípios por isenção ao IR

REDAÇÃO

O deputado federal Pauderney Avelino (União-AM) apresentou nesta quarta-feira (26) uma emenda ao projeto apresentado pelo governo de aumento da isenção do Imposto de Renda, com o objetivo de compensar Estados e municípios por perdas na arrecadação provocadas pela medida. O parlamentar sugere que a União compense os entes federados que sofrerem eventuais prejuízos.

O motivo da emenda está relacionado à forma como o IR é distribuído entre os entes. Uma parcela da arrecadação com o imposto vem da retenção na fonte sobre os salários de servidores públicos estaduais e municipais. Com a ampliação da

isenção, muitos desses servidores deixarão de pagar o tributo, reduzindo os valores recolhidos diretamente pelas administrações locais. Além disso, a Constituição determina que parte do tributo arrecadado pela União seja repassada aos Estados e municípios por meio de fundos de participação.

Os estudos realizados sobre a proposta variam em relação ao tamanho da perda arrecadatória para os Estados e municípios. O Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) estima algo pouco abaixo de R\$ 12 bilhões, com maior pressão sobre as grandes cidades. O governo já calcula cerca de R\$ 5 bilhões.

STF julgará mérito da denúncia contra Bolsonaro até fim do ano

Futuro político do ex-presidente fica comprometido. Além dele, outros sete se tornaram réus por golpismo. Para embasar votos, ministros falaram do efeito causado pelas ditaduras tanto nas pessoas quanto na democracia

FOLHAPRESS

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem, por unanimidade, receber a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) e tornar réus Jair Bolsonaro (PL) e outros sete acusados de integrarem o núcleo central da trama golpista de 2022.

A decisão do Supremo abre caminho para julgar o mérito da denúncia contra o ex-presidente até o fim do ano, em esforço para agilizar o julgamento e evitar que o caso seja contaminado pelas eleições presidenciais de 2026.

O recebimento da denúncia também impacta a situação política de Bolsonaro. Com o avanço do processo que pode levá-lo à prisão, aliados do ex-presidente se dividem sobre a antecipação da escolha de um candidato para a corrida eleitoral do próximo ano.

A decisão na Primeira Turma do STF foi unânime. O ministro Alexandre de Moraes apresentou o voto favorável ao recebimento da denúncia e foi seguido pelos ministros Flávio Dino, Luiz



Relator Alexandre de Moraes lê na Sessão da Primeira Turma que recebeu denúncia de golpe do 8/1

Fux, Cármem Lúcia e Cristiano Zanin. Ao longo do julgamento, porém, houve divergências manifestadas por Fux.

Com a decisão desta quarta, haverá no STF a abertura de uma ação penal contra Bolsonaro e seus aliados por cinco crimes ligados à tentativa de golpe de Estado. Nessa nova fase do processo, os réus deverão coletar provas, pedir perícias e selecionar testemunhas para defender suas inocências. A PGR, do lado da acusação, terá o papel de comprovar a participação dos oito suspeitos na articulação golpista.

Réus

Com a decisão do Supremo, além de Bolsonaro, serão tornados réus Alexandre

Ramagem (deputado federal e ex-chefe da Abin), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e da Defesa).

Eles são acusados pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio público e deterioração do patrimônio tombado. Somadas, as penas máximas podem passar de 40 anos de

prisão.

Ao votar, Moraes disse que vê materialidade e "indícios razoáveis" na acusação da PGR de que Bolsonaro liderou uma trama golpista após sua derrota para Lula (PT) em 2022. Afirmou ainda que a denúncia narra que Bolsonaro coordenou os integrantes do governo federal para atuarem de modo ilícito na construção de uma narrativa de desinformação.

No voto, fez descrição das provas de que Bolsonaro tinha conhecimento da chamada "minuta do golpe". "Se ele analisou e não quis, se analisou e quis, isso será no juízo de culpabilidade. Mas não há dúvida que ele tinha conhecimento da minuta. Chama-se como quiser: decretação de estado de sítio

ou de defesa, cuja intervenção seria somente no TSE."

O ministro Luiz Fux expressou divergência com Moraes. Mesmo votando pelo recebimento da denúncia, disse que vai propor uma revisão da dosimetria de penas de condenados pelo 8 de janeiro. "O legislador por vezes exacerba na previsão da dosimetria da pena. Mas justiça não é algo que se aprende, é algo que se sente. Os antigos já diziam que justiça é aquele sentimento do juiz", afirmou. Para Fux, é preciso praticar o "exercício de humildade judicial".

'DESONRA À HISTÓRIA'

Em seu voto, o ministro Flávio Dino declarou que o golpe de 1º de abril de 1964 não matou pessoas no primeiro, mas centenas foram mortas nos anos seguintes. "Golpe de estado é coisa séria. É falsa a ideia de que um golpe de Estado, ou uma tentativa, porque não resultou em mortes naquele dia, é uma infração penal de menor potencial ofensivo ou a excluir a atipicidade dos delitos. Isso é uma desonra à história nacional", afirmou.

Ao votar, Cármem Lúcia citou o livro "A Máquina do Golpe", da historiadora Heloisa Starling. "Ditadura mata, ditadura vive da morte, não apenas da sociedade, da democracia, mas de seres humanos de carne e osso", disse a magistrada. Para ela, "é preciso desenrolar do dia 8 para trás" para desvendar "a máquina que tentou matar a democracia".

Ex-presidente volta a atacar Alexandre de Moraes

FOLHAPRESS

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) atacou o ministro Alexandre de Moraes ao comentar a decisão do STF de torná-lo réu ontem e retomou a ofensiva contra o sistema eleitoral, iniciada antes mesmo de se eleger presidente da República em 2018.

"Quer botar 30 [anos de cadeia] em mim. Se eu tivesse devendo qualquer coisa eu não estaria aqui. Fui para os Estados Unidos graças a Deus porque se tivesse aqui em 8 de janeiro estaria preso ou morto, que é o sonho de alguns porque preso eu vou dar trabalho", afirmou.

"Eu sou golpista? [Em] 8 de janeiro estava nos Estados Unidos. Uma das cinco acusações é destruição de patrimônio. Só se for por te-

lepatia." Bolsonaro atacou o sistema eleitoral e as eleições e defendeu voto impresso.

Bolsonaro acompanhou o primeiro dia de julgamento, realizado na última terça-feira, 25, no STF, na primeira fila da sessão, mas não compareceu à corte nesta quarta, quando acompanhou à distância, no gabinete do filho Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no Senado.

Ele escreveu no X que há um "teatro processual". "A julgar pelo que lemos na imprensa, estamos diante de um julgamento com data, alvo e resultado definidos de antemão. Algo que seria um teatro processual disfarçado de Justiça —não um processo penal, mas um projeto de poder que tem por objetivo interferir na dinâmica política e eleitoral do país."



Bolsonaro se pronunciou após se tornar réu no STF e defendeu voto impresso

CINEMA

Memórias da censura

'Censura, Uma História Sem Fim 2' revive histórias que revelam impacto da ditadura na comunicação em Goiás. Produção vira relevante documento histórico em cima do qual precisamos nos debruçar em reflexões

MARCUS VINÍCIUS BECK

Sob direção do cineasta, escritor e jornalista Edson Nunes, o documentário "Censura, Uma História Sem Fim 2" recupera a história da ditadura civil-militar em Goiás. O filme retrata como a censura moldou os meios de comunicação durante o regime de exceção.

A repressão efetivamente não se abrandou no estado, pelo contrário. "Censura, Uma História Sem Fim 2" esmiúça episódios importantes para a comunicação local. Com apoio da Lei Paulo Gustavo via Prefeitura de Anápolis, o doc narra, por exemplo, o fechamento das rádios Santana e Carajá de Anápolis nos anos 1970, quando a ditadura estava enduvidada.

Nessa época, a luta armada perpetrada por grupos marxistas-leninistas se dizimara à base de repressão violenta e os sobreviventes moravam no exílio. Anos depois, já no fim da década, a sociedade civil começou a pressionar a ditadura para que a vida democrática fosse restituída. Em 1978, o Congresso Nacional deu um passo e tanto: votou pelo fim do AI-5.

Em seguida, o governo fardado afrouxou a Lei de Segurança Nacional e permitiu, valendo-se de sua poderosa caneta, o retorno de 120 exilados políticos. Até que isso ocorresse, contudo, era preciso lutar, conviver com a mordaça, submeter-se ao crivo dos censores e, especialmente, evitar abordar em textos assuntos que fossem inconvenientes.

"Censura, Uma História Sem Fim 2" traz depoimentos de jornalistas, radialistas e escritores que



Ulisses Aesse: titular da coluna 'Café da Manhã' recorda luta pela liberdade de expressão em filme

testemunharam e vivenciaram, seja direta ou indiretamente, os efeitos da censura em Goiás. Dentre os entrevistados, nomes conhecidos no meio emergem à tela, como o historiador Itami Campos e os escritores Lêda Selma, Luiz de Aquino e Miguel Jorge.

Os jornalistas Laurenice Noleto Alves, a Nonô, Valterli Guedes, Ulisses Aesse e Renato Dias falam das tensões vividas nos anos de chumbo. Essas vozes refletem o impacto pernoso ocasionado pela repressão, mas também discutem a luta pela liberdade de expressão. Isto é, oferecem ao espectador retrato de uma era que encontra seus ecos ressoando pela sociedade.

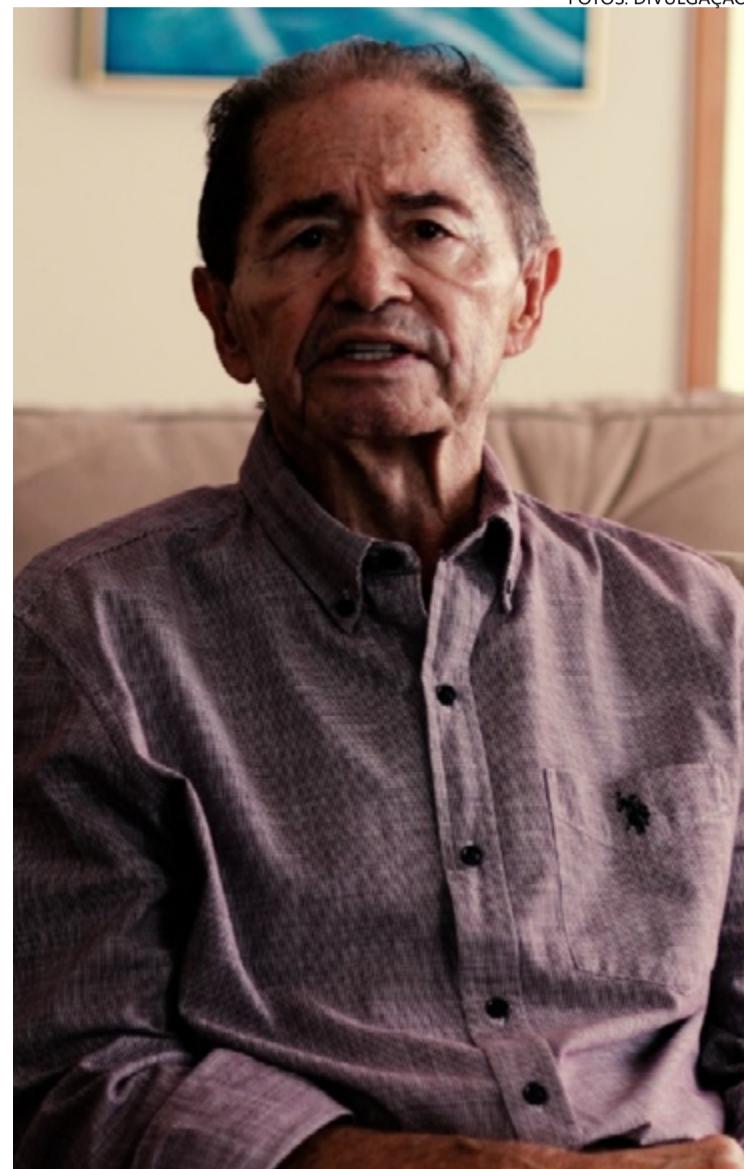
Conforme o diretor de "Censura, Uma História Sem Fim 2", a busca por sobreviventes e/ou testemunhas demandou tempo e pesquisa de fôlego. "A ausência de um arquivo iconográfico estruturado, especialmente em Goiás,

onde a falta de registros históricos dificultou a ilustração do contexto abordado, também foi outro ponto desafiador", aponta.

Edson Nunes conta que, para superar essas barreiras, a produção lançou mão de ferramentas como inteligência artificial de modo a recriar cenários e melhorar a qualidade de registros imagéticos. Sempre guiando-se, todavia, pela fidelidade e verossimilhança. Nesse sentido, como fica óbvio em toda a produção, o que se faz é uma análise da ditadura.

"O filme traz uma análise do regime militar e de como a imprensa local, muitas vezes, se mostrou conivente ou omissa diante da censura. A ausência de registros adequados, fruto de negligência e falta de consciência histórica, é um dos aspectos mais perturbadores destacados pela produção", diz o cineasta, ao ampliar sua visão para algo estrutural.

Nas bandas de cá, a 8 de agosto de 1964, o se-



Valterli Guedes: jornalista construiu notável trajetória na imprensa goiana desde 'Cinco de Março'

manário "Cinco de Março" fora empastelado após publicar reportagem de tom bombástico e corajoso sobre um rombo de CR\$ 5 milhões nos cofres da Polícia Militar de Goiás. Segundo a denúncia, os policiais rifaram à revelia de seus superiores armas e munição da corporação para colocar as contas em dia.

EMPASTELADO

"O jornal ficou um mês sem circular, sob protestos da imprensa nacional. Mesmo tendo recorrido ao Judiciário contra os prejuízos materiais causados pela ação da Polícia Militar, o jornal nunca foi resarcido", escrevem as pesquisadoras Rosana Borges e Angelita Lima, em importante da UFG estudo que documenta a história da imprensa goiana desde século 19.

Para Nunes, "o brasileiro não tem o hábito de preservar suas memórias quando extrapolam o âmbito privado e atingem o

público". "É um problema sério porque nos torna vulneráveis ao entendimento da nossa própria história, dos nossos empoderamentos e pertencimentos", reitera o diretor, que também é roteirista e diretor de fotografia e de arte do documentário.

"Censura, Uma História Sem Fim" chega para ocupar um vácuo na filmografia goiana. Trata-se de um apelo à preservação da memória coletiva e à valorização da liberdade de imprensa. Dono de nobre missão social, o documentário fortalece a tomada de consciência sociopolítica e chama atenção para a importância de se lutar sempre contra a tirania.

CENSURA, UMA HISTÓRIA SEM FIM 2
Amanhã, às 19h,
Cine Sibasolly
Anápolis, na Praça
Bom Jesus
Próximo dia 4, às
19h, Alego
Entrada Franca



SALA VIP



DIVULGAÇÃO

Comemorações da Teuto

Ítalo Melo, presidente do Conselho da Teuto, participou do XII Encontro Nacional de Distribuidores e Parceiros, promovido pelo laboratório Teuto, no dia 18 de março, em São Paulo. O evento reuniu 450 convidados para a apresentação das perspectivas e da visão de futuro da empresa, com foco em clientes, parceiros e colaboradores de todo o país. Um dos destaques foi a estratégia de expansão, que prevê um aumento de 40% na capacidade produtiva até 2027 e a meta de dobrar o tamanho da companhia nos próximos 10 anos. Como parte das celebrações pelos 78 anos do laboratório, comemorados em 25 de março, os participantes foram recepcionados com um jantar especial no 033 Rooftop Santander.



DIVULGAÇÃO

Os empresários goianos Priscilla Nunes e Marco Elio Nunes (da "Planalto Tratores") foram os co-anfitriões da premiére em Goiânia. O evento contou com a presença do cantor e ator Diogo Brito, o "Guito". Ele assina a trilha sonora da obra

Casa Martha Medeiros

Ivana Menezes recebe, na tarde de hoje (27), a estilista alagoana Martha Medeiros. O evento para convidados, marcado para às 16h, será o lançamento do condomínio EntreÁguas da grife Casa Martha Medeiros, em Milagres, Alagoas.

Duplicação Catatão e Ipameri

Hoje (27), acontece na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), uma sessão solene para a apresentação do projeto executivo de duplicação da rodovia GO-330, entre Catalão e Ipameri. A iniciativa é do deputado estadual Jamil Calife (Progressistas) e contará com a presença do presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, além de diversas autoridades e prefeitos da região.

RAFAEL GARCIA

ANKAI



DIVULGAÇÃO

Os pecuaristas Frederico Simioni e Carmen Perez receberam os convidados na premiére do filme "Um Outro Olhar", no CineX do Centro Cultural Oscar Niemeyer

Vintage Culture Beyond The Future

A venda de ingressos para o evento Vintage Culture Goiânia começou na semana passada, dia 17, com grande demanda.

Marcado para o dia 2 de maio, o evento teve suas vendas abertas ao meio-dia e, em poucas horas, o primeiro lote da área Backstage já estava esgotado. O sucesso imediato reforça a conexão especial do público goiano com o DJ, que arrasta multidões por onde passa.

Com uma trajetória marcada por apresentações em festivais e clubes ao redor do mundo, Vintage Culture retorna a Goiânia para uma experiência única!



DIVULGAÇÃO

O presidente da AGOS Jovem e estudante de Administração, Lázaro Jorge Messias Soares, e sua noiva, a estudante de Psicologia Maria Eduarda Landi de Moura Marques, estão contando os dias para o grande momento: o casamento, que acontecerá no dia 17 de agosto, no badaladíssimo espaço Alegranza Eventos, localizado na Avenida Capyaba, Jardim Helvécia, em Aparecida de Goiânia. Para celebrar essa fase especial, o casal realizou um ensaio pré-wedding no último dia 22 de março, na fazenda dos pais do noivo, Recanto do Vale, situada em Varjão, Goiás. As belas imagens foram registradas pelo talentoso fotógrafo @grannofotografia, que, além de profissional, tem um laço especial com os noivos: é o pai da noiva

SILVIO SIMÕES



Em celebração aos três anos da restauração do prédio do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás (IHGG), foi realizado um café da tarde na última sexta-feira, 21. A reforma do tradicional prédio, conhecido pelo nome Casa Rosada, é um dos projetos destaques apoiados pelo Sicoob UniCentro Br. Os anfitriões do evento comemorativo: o diretor-presidente do Sicoob UniCentro Br, Diogo Mafia (à direita), que foi quem capitaneara a restauração do prédio histórico; e o presidente do IHGG, Jales Mendonça (à esquerda).

Batalha do Vale

A cultura hip-hop ganha destaque em Pirenópolis (GO) com a programação especial da Batalha do Vale, que traz oficinas formativas e uma grande competição de rimas com premiação. O evento acontece entre os dias 1º e 13 de abril, reunindo talentos do freestyle e promovendo atividades educativas voltadas à cena do rap e da produção musical.

**Geppetto recebe peça no sábado**

A Farândola Teatro-Circo, fundada e encabeçada pela atriz e palhaça Fernanda Pimenta, inicia as comemorações de seus 13 anos de atividade com a apresentação do espetáculo "Quando se abrem os guarda-chuvas".

A apresentação será neste sábado, 29, às 20h, na Oficina Cultural Geppetto, em Goiânia, com entrada gratuita. Os ingressos são limitados a 40 senhas, distribuídas a partir das 19h30.

Criado em 2011, o monólogo "Quando se abrem os guarda-chuvas" retrata a história de Dona Conceição, uma viúva que compartilha com o público suas reflexões sobre envelhecimento, mudanças sociais e tecnologia. O texto combina elementos cômicos e poéticos para abordar o tema. Em 2023, a peça foi indicada ao Palco Giratório por Goiás.

Em "Malagueta na Labuta", a diarista Malagueta é requisitada, por uma de suas patroas, para uma faxina de urgência. Entre a desordem da casa, avental e espanadores, Malagueta cria outras realidades, estreitando os limites entre trabalhar e brincar...

Criada em 2021, esta obra também foi objeto de pesquisa do doutorado da sua criadora, que trabalhou com o tema das palhaçarias feministas. A direção é de Thaise Monteiro. (Redação)

Filme goiano estreia nas salas brasileiras

"Oeste Outra Vez", escrito e dirigido por Erico Rassi, estreia nesta quinta-feira, 27, nas salas de cinema de todo o Brasil. Vencedor do Kikito no Festival de Gramado, a história acompanha Totó (Ângelo Antônio) e Durval (Babu Santana), dois homens brutos que após serem abandonados pela mesma mulher, se voltam um contra o outro.

A narrativa aproveita os elementos para tratar temas como solidão e homens incapazes de lidar com suas próprias fragilidades. O elenco reúne ainda Daniel Porpino, Adanilo, Antônio Pitanga, Tuanny Araújo e Elzio Vieira. A Chapada dos Veadeiros foi a locação escondida para a gravação das cenas e teve São João da Aliança como cenário. (Redação)



O especialista também esclareceu a diferença entre a planta da maconha e o canabidiol, frequentemente utilizados de maneira equivocada no debate público

SAÚDE

Médico anapolino defende uso da Cannabis Medicinal para ansiedade e dor crônica

Especialista Felipe Augusto afirma que estudos avançaram nos últimos anos e que o canabidiol pode reduzir uso de remédios como opioides

EMILLY VIANA

O uso da Cannabis Medicinal como alternativa terapêutica tem avançado no Brasil e no mundo, especialmente diante de novos estudos científicos que comprovam sua eficácia em tratamentos diversos. Quem garante é o médico e professor anapolino Felipe Augusto, especialista na área, em entrevista concedida nessa terça-feira (25) ao programa Papo de Garagem.

Segundo ele, a Cannabis Medicinal pode substituir, com acompanhamento adequado, medicamentos tradicionais, especialmente em casos de ansiedade, insônia e dor crônica. "Sim, é possível fazer essa transição. É claro que a gente tem que ter muita cautela, principalmente nos desmames de algumas medicações, para fazer a substituição. As principais condições que a gente pode fazer

essa troca são ansiedade, insônia e dor crônica", pontua.

O especialista "A dor crônica, por exemplo, é muito comum ser tratada com opioides, que geram dependência e muitos efeitos colaterais. A Cannabis, se bem utilizada, pode reduzir a necessidade desses medicamentos e melhorar a qualidade de vida dos pacientes", explicou.

Felipe Augusto destacou que o crescimento dos estudos científicos sobre a Cannabis, especialmente nos últimos cinco anos, tem sido determinante para que o tratamento seja cada vez mais aceito e prescrito com segurança. "A prática médica sempre tem que ser baseada em estudos, em evidências científicas. A gente passou por um período complicado pela falta de estudos, justamente por conta do tabu. Mas hoje, o Brasil e o mundo caminham para

uma regulamentação mais clara e eficaz nesse campo", disse.

O especialista também esclareceu a diferença entre a planta da maconha e o canabidiol, frequentemente utilizados de maneira equivocada no debate público. "A maconha em si é a planta, que contém diversos compostos chamados canabinóides. O canabidiol é um desses canabinóides isolados da planta Cannabis, utilizado para fins terapêuticos. Já o THC, outro composto, tem efeitos distintos no organismo. Cada um tem sua função específica", completou.

A entrevista completa pode ser assistida na íntegra, diretamente pelo canal no YouTube do Papo de Garagem. O programa recebe de segunda a sexta-feira, nas melhores rádios do país, especialistas e autoridades de destaque para um bate-papo leve e irreverente.

Futevôlei vira febre entre esportistas e ganha adeptos em Anápolis

Modalidade se populariza na cidade, atrai praticantes de diferentes níveis e ganha mais espaços dedicados à sua prática

JANAYNA CARVALHO

pontua.

Além dos benefícios físicos, a modalidade também tem impacto positivo na saúde mental dos praticantes. "A qualidade de vida melhora muito. Durante o jogo, você esquece os problemas e se concentra apenas na partida. Além disso, o esporte proporciona novas amizades e uma rede de apoio que faz diferença tanto dentro quanto fora da quadra", conclui Lucas.

Jeniffer Cristina, proprietária de uma quadra de areia que aluga espaço para a prática do esporte, também percebe esse crescimento e o aumento da procura. "Temos visto uma grande demanda por espaços para futevôlei. As pessoas estão buscando cada vez mais essa modalidade, seja para competição ou lazer. É um esporte que une condição física e socialização, o que faz com que os praticantes se fidelizem", destaca.

O professor de futevôlei Vinícius Nogueira reforça a importância da preparação para quem deseja ingressar na modalidade como professor. "É essencial conhecer a história do futevôlei, entender as regras e ter vivência dentro do esporte. Além disso, a formação em Educação Física é um diferencial, pois disciplinas como anatomia, fisiologia e biomecânica ajudam na prevenção de lesões e na melhor execução dos movimentos", explica.



Além dos benefícios físicos, a modalidade também tem impacto positivo na saúde mental dos praticantes

MODERNIDADE

Home office e modelo híbrido moldam o trabalho em Anápolis

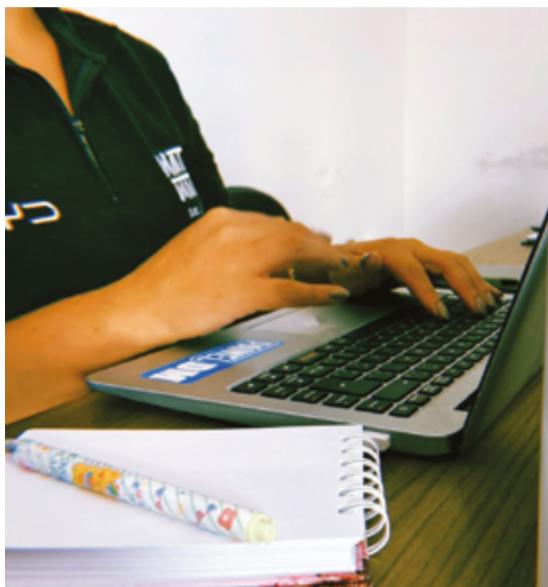
Profissionais locais compartilham experiências e desafios enquanto o mercado se adapta a novas realidades pós-pandemia

LARA DUARTE

O trabalho remoto, amplamente adotado durante a pandemia, tem passado por transformações significativas nos últimos anos. Enquanto algumas empresas retornam ao modelo presencial, outras mantêm ou adaptam o home office, refletindo tendências globais e locais. Em Anápolis, essa realidade não é diferente, e profissionais da região compartilham suas experiências sobre os desafios e benefícios desse modelo de trabalho.

Rodrigo Matheus, profissional de TI de 28 anos, conta que sua adaptação ao home office foi rápida: "Tudo o que eu preciso basicamente é um computador e acesso à internet". Apesar disso, ele reconhece os desafios, como distrações familiares e problemas técnicos: "O principal, para mim, são as pessoas da família, que podem fazer muito barulho e atrapalhar bastante. Outro grande desafio é lidar com problemas de natureza externa, como cair energia ou internet".

Por outro lado, ele percebe um aumento na produtividade: "Querendo ou não,



Enquanto algumas empresas retornam ao modelo presencial, outras mantêm ou adaptam o home office

presencial sempre tem uma resenha, uma conversa paralela e isso acaba tirando o foco algumas vezes". Para manter o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, Rodrigo segue uma rotina disciplinada: "Trabalho é trabalho, então no horário dele é foco 100% e, após ele, sigo com minha rotina de estudos, games etc.". Além disso, ele destaca a flexibilidade oferecida pelas empresas para ajustes pontuais, como consultas médicas.

A comunicação eficaz é

essencial no home office. Rodrigo utiliza ferramentas como Slack, Teams e Discord para manter contato com a equipe e enfatiza: "A melhor estratégia é não ter medo. Em certos momentos, conversar será necessário, e quanto antes isso for feito, melhor, pois pode evitar muito desgaste". Quanto à sua preferência, ele afirma: "Eu prefiro home office pelo conforto de estar em casa, não perder tempo em trânsito e poder dormir mais tarde".

Matheus Souza, biólogo,

também anapolino, trabalha atualmente no modelo híbrido. Ele começou no home office durante a pandemia e não teve dificuldades na adaptação: "Na época, eu já era acostumado a ficar em casa". No entanto, ele destaca dois desafios: "A falta de contato com meus colegas de trabalho e a dificuldade de manter o foco".

Mesmo assim, ele percebe um impacto positivo na produtividade: "Ela aumentou, porque eu mesmo posso ditar meus horários, especialmente em projetos de curta duração. Porém, sinto que a dificuldade em manter um foco prolongado pode ter influenciado negativamente projetos de longa duração". Para minimizar essa dificuldade, Matheus tenta manter horários fixos para suas atividades: "Como se fosse um trabalho presencial. Tento manter uma agenda de trabalho e sigo ela o máximo possível".

Sobre a comunicação com sua equipe, ele utiliza ferramentas simples e eficazes: "Uso o WhatsApp para contato e compartilho projetos pelo Google Drive, já que mais de uma pessoa pode tra-

balhar simultaneamente nos mesmos arquivos". Quanto à sua preferência entre os modelos de trabalho, ele afirma: "Atualmente prefiro o modelo híbrido, já que posso ter a liberdade de fazer meu próprio horário em casa e, ao mesmo tempo, lidar melhor com projetos mais complexos, que demandam uma atenção presencial e necessitam de mais gente para acontecer".

O FUTURO DO HOME OFFICE EM ANÁPOLIS

O mercado de trabalho em Anápolis reflete essas tendências. O site Trabalha Brasil lista diversas vagas home office na região, incluindo posições como consultor comercial, vendedor interno e estagiário em direito. No entanto, a continuidade do trabalho remoto enfrenta incertezas. Grandes empresas como Amazon e JPMorgan têm solicitado o retorno ao trabalho presencial. Sylvia Hartmann, CEO da Remota, observa que "a maioria das empresas híbridas vai reduzir essa prática a algo esporádico — um dia por semana em casa ou concessões limitadas pelos gestores".

Salário emocional é o novo critério da Geração Z para permanecer no emprego

Jovens priorizam reconhecimento e bem-estar no ambiente de trabalho, desafiando empresas a se adaptarem

LARA DUARTE

A Geração Z está transformando as dinâmicas do mercado de trabalho. Para muitos desses jovens profissionais, um bom salário e benefícios tradicionais já não são suficientes para garantir engajamento e permanência em uma empresa. O que realmente pesa na decisão de seguir ou não em um emprego é o chamado "salário emocional" — um conjunto de fatores que envolvem reconhecimento, crescimento e bem-estar no ambiente corporativo.

Especialistas apontam que essa nova mentalidade tem levado muitos profissionais a deixarem seus cargos quando sentem que não es-

tão sendo valorizados. Entre os fatores mais determinantes para essa percepção estão a ausência de feedbacks construtivos, a falta de perspectivas claras de crescimento e a carência de iniciativas voltadas para a qualidade de vida no trabalho.

De acordo com Ana Gabriela Santos, especialista em recrutamento e seleção, um dos principais sinais de desvalorização no trabalho é a falta de retorno da liderança sobre o desempenho do funcionário. "Se seu líder comenta seu trabalho, faz ajustes e explica como você está sendo visto, isso significa que estão prestando atenção em você. Quando você recebe um feedback, seja negativo ou positivo,

significa que você está sendo ouvido e direcionado", explica.

Além disso, ela destaca que, para conquistar e reter talentos da Geração Z, as empresas precisam oferecer diferenciais além do pacote tradicional de benefícios.

"Dentro do RH, o salário emocional pode ser um day-off ou um dress code livre na sexta-feira, qualquer benefício que não esteja incluso no pacote padrão, mas que serve como atrativo para o empregado", acrescenta Ana Gabriela.

Segundo André Purri, CEO da plataforma de benefícios Alymente, jovens profissionais valorizam programas voltados para saúde mental, bem-estar e quali-



"As empresas precisam oferecer diferenciais além do pacote tradicional de benefícios", afirma Ana Gabriela, especialista.

dade de vida. Além disso, processos seletivos mais transparentes e lideranças empáticas fazem a diferença na retenção desses talentos.

Outro fator essencial para essa geração é a velocidade do crescimento profissional. De acordo com Mar-

celo Amaro, diretor de RH do banco digital Portão 3, a Geração Z espera ascensão rápida e desenvolvimento acelerado, o que representa um desafio para gestores que precisam equilibrar essas expectativas com planos de carreira realistas.

UNIÃO

Nova regra de regime de bens incrementa casamentos após os 70

Decisão do STF que permite liberdade na escolha do regime patrimonial para maiores de 70 anos começa a mudar o comportamento dos casais e impacta registros nos cartórios do estado

JANAYNA CARVALHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, há um ano, que pessoas maiores de 70 anos não precisam mais adotar, obrigatoriamente, o regime de separação total de bens ao contrair matrimônio. Desde então, essa parcela da população tem aproveitado a liberdade de escolha para definir a divisão patrimonial. Em Goiás, 13% dos casais nessa faixa etária que se casaram no último ano optaram por um regime diferente do que antes era imposto por lei.

No Estado, foram registrados 645 casamentos em que pelo menos um dos cônjuges tinha mais de 70 anos. Desses, 61 firmaram uniões sob regimes patrimoniais distintos, como comunhão parcial, comunhão universal e participação final nos aquestos. Outros 404 matrimônios seguiram sob a separação obrigatória de bens, modelo que vigorava de forma compulsória até fevereiro de 2023. Os dados são do Colégio Notarial do Brasil - Seção Goiás (CNB/GO), entidade que representa os Cartórios de Notas do Estado.

A mudança representa um marco no Direito brasileiro e confere maior autonomia aos cidadãos na terceira idade



A mudança representa um marco no Direito brasileiro e confere maior autonomia aos cidadãos na terceira idade

nomia aos cidadãos na terceira idade. "Essa mudança representa um grande avanço para o Direito brasileiro, que reconhece a autonomia dos cidadãos na terceira idade. Os cartórios de Goiás têm desempenhado um papel fundamental na orientação e formalização dessas escolhas, garantindo segurança jurídica e respeito à vontade dos envolvidos. É um reflexo da modernização do sistema notarial e da adaptação às novas realidades sociais", afirma Lucas

Fernandes, presidente do CNB/GO.

O regime de separação obrigatória de bens devido à idade existia desde o Código Civil de 1916, que estipulava essa exigência para homens acima de 60 anos e mulheres acima de 50. Com a reforma do Código Civil em 2002, a idade foi equiparada para ambos os sexos em 60 anos, até que a Lei 12.344/10 elevou o patamar para 70 anos. A recente decisão do STF, fixada em fevereiro de 2023, afastou essa obrigatoriedade

de ao permitir que os casais manifestem sua vontade por meio de uma escritura pública de Pacto Antenupcial em qualquer Cartório de Notas do país.

A tese fixada pelo STF determina que "nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no artigo 1.642, II do CC, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes, mediante escritura pública". Dessa forma,

os cartórios têm a responsabilidade de orientar devidamente os interessados, assegurando que compreendam a mudança e possam exercer sua escolha de maneira consciente.

Para oficializar a escolha do regime patrimonial diferente da separação obrigatória, o casal precisa elaborar um Pacto Antenupcial. O documento, que estabelece regras sobre os bens do casal, deve ser lavrado em Cartório de Notas de forma presencial ou por meio da plataforma e-Notariado (www.e-notariado.org.br). Em seguida, a escritura precisa ser apresentada no Cartório de Registro Civil onde será celebrado o casamento. Após a união, o pacto deve ser levado ao Cartório de Registro de Imóveis do primeiro domicílio do casal para produzir efeitos perante terceiros e ser averbado na matrícula dos bens. O regime de bens entra em vigor na data do casamento e só pode ser alterado posteriormente mediante autorização judicial.

Os noivos devem comparecer ao Cartório de Notas portando documentos pessoais originais, como RG e CPF. O valor do serviço é tabelado por lei estadual.

Anápolis registra 9,36% das declarações de Imposto de Renda na primeira semana

Mais de 9 mil contribuintes anapolinos já declararam o imposto de renda após sete dias do início do prazo

JANAYNA CARVALHO

Na primeira semana do prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2025, 9.231 contribuintes de Anápolis já enviaram seus dados à Receita Federal. O número representa 9,36% do total de 98.680 declarações esperadas no município até o encerramento do prazo, em 31 de maio.

O ritmo de entrega é semelhante ao registrado em Goiás, onde pouco mais

de 10% dos contribuintes já haviam declarado até o dia 25 de março. Em todo o país, segundo balanço da Receita Federal, 3,4 milhões de declarações foram entregues até segunda-feira (24), o que equivale a 7,4% do total estimado de 46,2 milhões.

QUEM DECLARA?

Devem declarar todos os contribuintes que tiveram, ao longo de 2024, rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888 ou receita bruta da atividade rural su-

perior a R\$ 169.440. Quem recebeu até dois salários mínimos mensais no ano passado está dispensado da entrega, salvo se se enquadrar em outra regra de obrigatoriedade.

O programa gerador da declaração está disponível no site da Receita desde o dia 13 de março. Além disso, o contribuinte que optar pelo modelo pré-preenchido ou receber a restituição via PIX terá prioridade nos lotes de pagamento, conforme as regras da Receita.



J.J.A. CONCRETOS LTDA - FILIAL - CNPJ 26.722.731/0007-20, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO À SEMMAS DA PREFEITURA DE RIALMA - GO, A LICENÇA AMBIENTAL CORRETIVA DE OPERAÇÃO, PARA A ATIVIDADE ECONÔMICA CNAE 43.30-4-99 E SECUNDÁRIAS CNAE 23.30-3-05, CNAE 43.13-4-00, CNAE 49.30-2-01, CNAE 49.30-2-02, CNAE 68.10-2-02 E CNAE 77.32-2-01, NO ENDEREÇO RODOVIA GO 480 ROTA 515 SN PORTAL DO SOL CEP 76310-000 RIALMA GO. NÃO FOI DETERMINADO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.

EM BUSCA DO TÍTULO

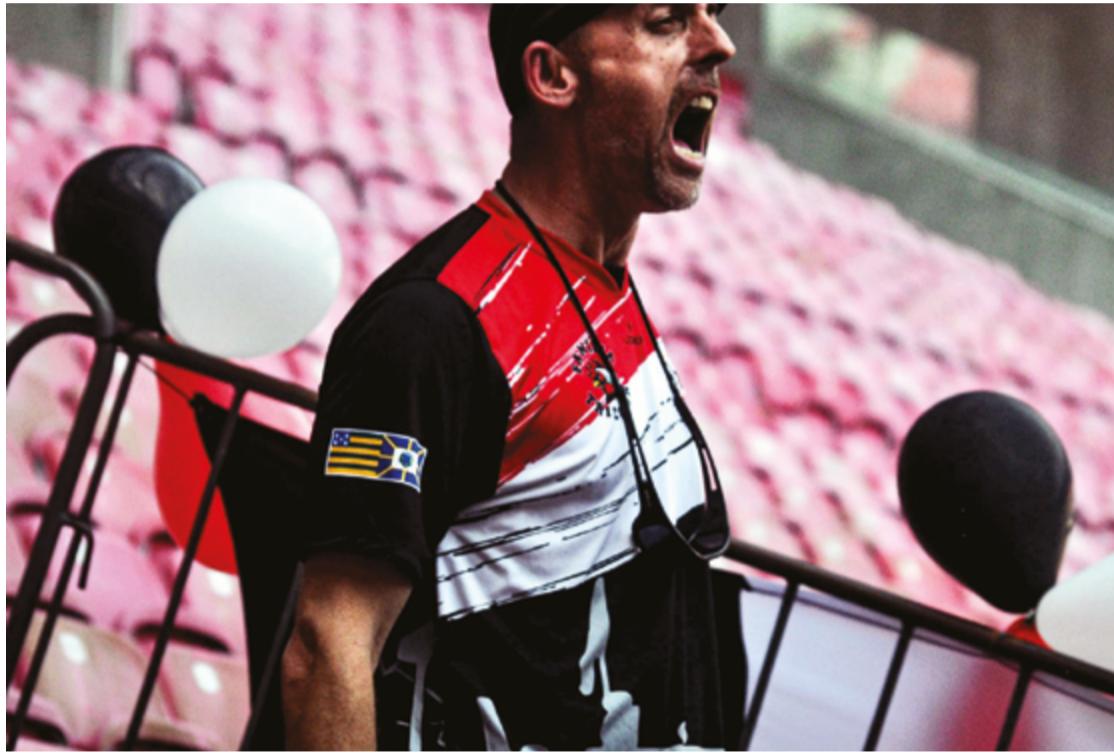
Torcida do Anápolis se mobiliza para decisão contra o Vila Nova

Galo pode conquistar o título do Campeonato Goiano neste domingo e caravanas levam torcedores para apoiar o time em Goiânia

JANAYNA CARVALHO

A cidade de Anápolis está em contagem regressiva para o jogo decisivo do Campeonato Goiano, que acontece neste domingo, dia 30 de março, no Estádio Serra Dourada, em Goiânia, às 17h. O Anápolis, com sua torcida fervorosa, já se prepara para apoiar o time na luta pelo título contra o Vila Nova. A cidade, que tem acompanhado com entusiasmo a trajetória do Galo na competição, se mobiliza de forma única para estar presente no confronto de volta, após o excelente resultado conquistado no primeiro jogo da final, com a vitória por 2 a 0 no Jonas Duarte.

Vince Araújo, da Família Tricolor, é uma das figuras representativas da torcida e compartilhou suas expectativas para o jogo decisivo. Para ele, a chave para o título está na postura ofensiva do time. "O Anápolis precisa jogar o futebol que tem jogado, para cima, ofensivo, sem querer confiar na vantagem de 2 a 0. Dizem que no futebol, 2 a 0 é o placar mais perigoso, porque você se acomoda e acaba tomando um gol, e isso pode



O Anápolis, com sua torcida fervorosa, já se prepara para apoiar o time na luta pelo título contra o Vila Nova

abrir as portas para o segundo e o terceiro", afirmou. Ele acredita que, mesmo com a vantagem, o time não pode se dar ao luxo de relaxar e precisa continuar buscando o ataque.

Vince também destacou o bom momento da defesa do Anápolis, principalmente com a atuação sólida do goleiro Paulo Henrique. "O ponto forte do Anápolis

começa pela zaga. O Paulo Henrique tem dado muita confiança à defesa, salvando bolas importantes e mostrando muita segurança durante todo o campeonato", disse. O goleiro, para ele, será um dos pilares para que o time continue a sua jornada vitoriosa na competição.

A mobilização da torcida tem sido um espetáculo à parte. A "Família Tricolor"

é responsável por organizar a caravana do pavão, que contará com quatro ônibus cheios de torcedores rumo a Goiânia. Vince destacou a participação de muitas famílias, com crianças, idosos e até grupos com mais de oito pessoas. "É impressionante ver a cidade inteira mobilizada. Temos muitos ônibus sendo disponibilizados pela prefeitura e pelo próprio

Anápolis. A torcida está muito grata por isso", comentou. Apesar das preocupações com a segurança, especialmente pela rivalidade com a torcida do Vila Nova, a torcida do Galo se sente amparada pela presença da polícia militar e pelo Batalhão de Operações Especiais de Goiânia (BEP), que garantirá a segurança da caravana durante o deslocamento e no estádio.

Maria Beatriz, torcedora do Anápolis que acompanha o time desde 2016, não esconde sua empolgação com a campanha histórica do Galo. "A expectativa é de vitória, com certeza. Nunca vi uma campanha tão incrível como a desse ano. Me recemos muito essa taça", afirmou. Ela também mencionou a mobilização que tomou conta da cidade e dos torcedores, destacando a união e o espírito coletivo. "Parece que Goiânia vai ser 'invadida', é uma movimentação enorme. Vários grupos se organizando. É muito bonito ver essa paixão e confiança no time. Vai ser uma tarde muito emocionante", disse Maria Beatriz, compartilhando o sentimento de todos os torcedores do Galo.

Cerca de 3 mil ingressos para a torcida do Anápolis já foram vendidos

Parcial do clube, divulgada nesta quarta-feira (26), aponta que 65% da carga disponibilizada foi comercializada

RAFAEL TOMAZETI

A torcida do Anápolis já comprou cerca de 3 mil ingressos para o segundo jogo da final do Campeonato Goiano, no próximo domingo (30), às 17h, contra o Vila Nova, no Serra Dourada. A parcial foi divulgada na tarde desta quarta-feira (26) pela assessoria de imprensa tricolor.

O clube informou que foi disponibilizada à torcida do Galo da Comarca 4,5 mil bilhetes, todos no setor de cadeiras Sul. Destes, conforme o Anápolis, "mais de 65% já foram comercializados". Ou seja, número próximo aos 3 mil.

Os bilhetes são vendidos

virtualmente, pelo site da IngressoSA, e desde a terça-feira (25) estão disponíveis no CT do Alto da Boa Vista, das 9h às 18h ou até se esgotar a carga. Os tíquetes custam R\$ 80, com meia-entrada a R\$ 40 para torcedores que utilizarem a camisa tricolor no dia do duelo.

Pela manhã, o Vila Nova informou que mais de 15 mil ingressos - montante que soma o total vendido para o Anápolis - já foram adquiridos para a final. Os colorados pagam o mesmo valor nas cadeiras e R\$ 20 na arquibancada, ou R\$ 10, caso estejam com o uniforme do clube.

No dia do jogo, a torcida do Tricolor acessará o Serra Dourada pela Rua 72.



No dia do jogo, a torcida do Tricolor acessará o Serra Dourada pela Rua 72